

Rumos da imunoterapia alérgeno-específica

A Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia reconhece a imunoterapia específica com alérgenos como um procedimento médico inerente à especialidade e recomenda, a exemplo da Organização Mundial da Saúde, sua utilização, criteriosamente, no tratamento de determinadas doenças alérgicas. Vacinas são usadas em Medicina como modificadores da resposta imune. No entanto, como é o caso de muitos outros medicamentos, seu exato mecanismo de ação não está totalmente esclarecido. A imunoterapia alérgeno-específica (dessensibilização, hipossensibilização) é o mais importante recurso terapêutico disponível como modificador da resposta imune e é o único tratamento que interfere nos mecanismos fisiopatológicos básicos de certas doenças alérgicas, estimulando a produção de IgG (anticorpo bloqueador) e alterando a relação IgG/IgE. Vários estudos sugerem que os efeitos terapêuticos da imunoterapia específica, podem ser atribuídos à mudança do perfil Th2 para Th1 ou, por anergia específica alérgeno-induzida mediada por IL-10 secretada pelas células CD4+ Th1 "reguladoras" (Tr1).

Estudos sobre a participação das células Th1 e Th2, nas reações alérgicas, têm revelado predomínio de citocinas das células Th2, tais como IL-4, IL-5, IL-9 e IL-13 e redução na secreção de citocinas das células Th1, notadamente IL-12 e IFN- γ . As citocinas regulam a resposta imune estimulando a produção de anticorpos, ou inversamente induzindo tolerância imunológica específica, pela inibição ou ablação das respostas.

A tolerância imunológica não é algo subtrativo do organismo, mas uma forma especial de reagir. Uma faceta crucial da tolerância imunológica é a tolerância aos auto-antígenos, isto é, aos próprios constituintes do corpo. Quando este mecanismo falha, ocorrem doenças auto-imunes. Uvéites, lúpus eritematoso, miastenia gravis, diabetes mellitus juvenil e esclerose múltipla são alguns exemplos.

Novos conceitos sobre a natureza das respostas imunológicas e das reações inflamatórias, dão suporte científico à imunoterapia para o tratamento das doenças alérgicas e sugerem sedutoras possibilidades de sua utilização, como método terapêutico indutor de tolerância, no tratamento de outras doenças imunológicas. Isto é especialmente verdadeiro e promissor para as doenças auto-imunes.

A imunoterapia alérgeno-específica é um método de tratamento das doenças alérgicas mediadas por IgE, recomendado pela Organização Mundial da Saúde, na rinoconjuntivite alérgica, na asma atópica, nas reações ao veneno de insetos. Está ainda indicada, em casos isolados

A imunoterapia alérgeno-específica deve ser, sempre, individualizada e personalizada a partir de testes cutâneos ou laboratoriais de quantificação de IgE específica (RAST), que permitam uma inequívoca avaliação qualitativa e quantitativa do perfil de hipersensibilidade aos alérgenos, para cada indivíduo. É possível a ocorrência de diferenças de potência e de especificidade, entre lotes de extratos de alérgenos provenientes de fabricantes diferentes e até mesmo, do próprio fabricante. Melhores resultados serão obtidos quando forem usados na imunoterapia específica o mesmo extrato alérgico utilizado na realização dos testes cutâneos.

A Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia, em base do conhecimento científico atual, considera a imunoterapia alérgeno-específica segura e eficaz, mas somente, quando instituída por profissional especializado e apropriadamente treinado; considera ainda, que são valiosos os seus benefícios terapêuticos para a maioria dos pacientes alérgicos, e que a incidência dos efeitos colaterais são significativamente inferiores aos observados pelo uso de medicamentos para o controle sintomático da asma e de outras doenças alérgicas.

A utilização de alérgenos para fins terapêuticos é um método reconhecido e aceito, em nosso país, a exemplo do que ocorre na maioria dos países na Europa e na América do Norte, onde os antígenos para fins terapêuticos estão inclusos em suas farmacopéias e são usualmente empregados no tratamento das doenças alérgicas. As sociedades científicas, os consensos nacionais e internacionais e a Organização Mundial de Saúde preconizam a imunoterapia específica com alérgenos e recomendam que sua utilização seja realizada sob orientação e responsabilidade do médico. Ao médico compete, portanto, a decisão pela melhor escolha do tratamento, pela seleção dos alérgenos e determinação das doses a serem utilizadas, respeitando as normas legais vigentes no país.

O ótimo tratamento das doenças alérgicas consiste na reeducação do paciente, em controlar os sintomas com fármacos, em evitar exposições abusivas aos alérgenos naturais e no uso da imunoterapia alérgeno-específica, único recurso terapêutico disponível como modificador da resposta imune...

Prof. Dr. José Seba
Prof. Dr. Nelson F. Mendes

de dermatite atópica, urticária, e em reações alérgicas a certas drogas. Não existem dúvidas quanto à sua segurança e eficácia terapêutica, desde que obedecidos critérios rigorosos na indicação clínica e no controle de qualidade dos antígenos. Doses sub-ótimas são ineficazes e doses supra-ótimas de alérgenos são desnecessárias além de aumentarem os riscos de reações sistêmicas graves, por vezes fatais; o sucesso terapêutico, depende do uso de uma concentração ideal do alérgeno, suficiente para obtenção de uma resposta terapêutica eficaz.

[\[Home Page SBAI\]](#) [\[Índice Geral\]](#) [\[Índice do Fascículo\]](#)

A Revista Brasileira de Alergia e Imunopatologia é publicação oficial da Sociedade Brasileira de Alergia e Imunopatologia.
Copyright 1998 SBAI - Av. Prof. Ascendino Reis, 455 - São Paulo - SP - Brasil - CEP: 04027-000